

Comissão aprovará orçamento sem ler

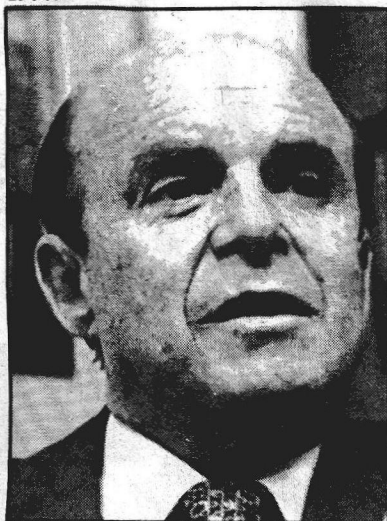
DENISE ROTHENBURG

BRASÍLIA — Com o prazo esgotado, a Comissão mista de orçamento decidiu adotar um novo método de trabalho: aprovar todos os projetos a toque de caixa, sem que os parlamentares tenham tempo de ler os relatórios ou analisar mais detalhadamente em quais projetos o Governo deverá aplicar os recursos em 1991. A correria provocou uma série de críticas. O Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) afirmou que a votação do plano plurianual, por exemplo, não passa de um trabalho "de mentirinha". Explicou que recebe os relatórios meia hora antes de iniciar a votação e não há tempo de estudar qualquer projeto.

— O Congresso americano passa a maior parte do ano envolvido na análise do orçamento, ponto fundamental em qualquer Governo. Nós analisamos tudo em quinze dias, o que acaba gerando distorções e falta de análise. Ano que vem, temos de estudar muito bem a questão e mudar a legislação, de forma a dar mais tempo para os parlamentares analisarem os textos — afirmou Dornelles.

Sem analisar os textos, os Deputados e Senadores da Comissão aprovaram ontem um orçamento de Cr\$ 101 bilhões para o Banco Central, sendo que Cr\$ 1 bilhão se refere somente ao vale refeição. No caso do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), tinha mais de Cr\$ 1 bilhão para a construção de shopping centers.

29-9-90



Dornelles: 'Trabalho de mentirinha'

Segundo Dornelles, a distorção quase passa despercebida na reunião da Comissão, que terminou à 1 hora da madrugada de ontem.

— Se ninguém tivesse levantado a questão, passaria como passou todo o orçamento do Banco Central — afirmou Dornelles.

O Presidente da Comissão, Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), e o Vice-Líder do PMDB, encarregado de acompanhar os trabalhos, Deputado Genebaldo Corrêa (BA), atribuíram a correria às eleições deste ano. Como a maioria dos parlamentares estava preocupada em garantir a vaga no Congresso em 1991, os trabalhos da comissão seguiram a passo de tar-

aruga até a última semana, quando os congressistas retomaram o ritmo normal de trabalho.

— O que podemos fazer? Temos de votar tudo até dia 15 de dezembro. As eleições atrapalharam todos nossos prazos. Agora, o jeito é votar como veio, sem análises detalhadas. A comissão tem trabalhado noite e dia, mas os volumes são muito grandes e não temos como realizar o trabalho ideal de analisar tudo — afirmou Genebaldo Corrêa.

A falta de análise do orçamento irritou até mesmo o Deputado Basílio Villani (PRN-PR), um dos Vice-Líderes do Governo na Câmara. Como integrante da bancada governista, considera-se na obrigação de aprovar o orçamento como veio, mas não deixa de ter críticas. Disse que, no caso do Banco Central, teria de haver maiores explicações.

— O problema é que nós não temos tempo de fazer nada. Esse orçamento tem de estar aprovado. Mas antes de ir para a Comissão, deveria ter uma análise prévia entre Executivo e Congresso. Isso, porém, não aconteceu — afirmou.

A comissão de orçamento aprovou 50% dos relatórios setoriais e, a partir de hoje, vai começar a analisar a parte de seguridade social e infraestrutura — transportes, educação, saúde, meio-ambiente, energia. A previsão da comissão é a de terminar os trabalhos até quinta-feira para, semana que vem, levar o relatório final para plenário, onde deverá ocorrer uma nova votação em tempo recorde, sem qualquer análise prévia por parte dos congressistas.